

Análise Ambiental de Vitória será reativada

O projeto "Análise Ambiental da Região de Vitória" — paralisado por falta de verbas em 1978 — que, além de denunciar a destruição pela erosão das encostas da região e ameaçar as cabeceiras dos mananciais de abastecimento de água para cinco cidades, sugeria fórmulas para a recuperação das reservas florestais e ecológicas de Duas Bocas, Mestre Álvaro e Pedra Azul, últimos remanescentes — junto com o planalto de Carapina — das matas Atlântica e Floresta do Tabuleiro, vai ser reativado agora. A informação é do Instituto Jones dos Santos Neves, que contará com verbas do Fundo do Desenvolvimento Social da Companhia Vale do Rio Doce.

Dividido em três partes — estudos da erosão, da poluição do ar e da água — e pedindo, inclusive, um monitoramento dos mananciais que abastecem a Grande Vitória, o projeto não teve sequer a sua primeira etapa concluída. Os dois técnicos encarregados de coordenar os trabalhos, Paulo Mello Freitas Júnior e José Antonio Ruschi Bitencourt, não concluíram nem mesmo a primeira parte, referente à erosão que o desmatamento indiscriminado vem provocando na região de Vitória, que, para efeito do estudo em questão, compreende também os municípios de Santa Leopoldina e Domingos Martins.

Deveriam ter sido realizados um mapeamento vegetacional, outro pedológico e geológico, além dos mapeamentos morfométrico, pluviométrico e climatológico, determinando-se ainda as zonas de fragilidade de erosão antes da apresentação das propostas. Fimido esse trabalho, os técnicos partiriam então para um levantamento da qualidade da água e do ar. Mas somente os mapeamentos da vegetação e do solo foram realizados, sendo os trabalhos suspensos, oficialmente, por falta de verbas, apesar de sua importância.

Outro fator que influiu na paralisação dos trabalhos foi a extinção da Comissão Estadual de Meio Ambiente (Cema) precursora da Fundação Estadual do Meio Ambiente e que teve idêntico fim. O instituto, na época denominado fundação, era o órgão de apoio à

Cema e executava o projeto a pedido dela. Extinta a Comissão suspenderam-se os trabalhos. Mas o pouco que foi feito serviu para caracterizar a gama de problemas que a predação do solo na região de Vitória está provocando.

Uma das primeiras constatações foi que somente a reserva de Duas Bocas ainda possui alguma condição de aproveitamento. A reserva de Pedra Azul exigiria, como vai exigir, uma grande aplicação do Governo, uma vez que, efetivamente, apenas uma pequena parcela de sua área ainda não está devastada, enquanto que a do Mestre Álvaro, conforme detalha o vice-presidente para Ecologia e Meio Ambiente da seção Espírito Santo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Paulo Mello Freitas, está em mãos de particulares. Segundo ele, apenas uns poucos metros pertencem ao Estado, sendo uma reserva mais simbólica que real, além de estar muito devastada. Todas elas deveriam representar o que existe ainda da Mata Atlântica costeira na região.

A parte do estudo sobre a vegetação faz ainda outras constatações. Uma delas é que as restingas — vegetação da parte baixa — foram eliminadas pela rápida evolução do processo de loteamento à beira-mar, apesar de protegidas pelo Código Florestal Brasileiro devido à sua característica de fixadora de dunas e manguezais. Destaca o trabalho do IJSN que "o código é flagrantemente desrespeitado, pois o processo de urbanização, em geral, é feito arbitrariamente, sem as menores preocupações de equilíbrio ecológico ou estético, com muitas alterações, incluindo a transformação de manguezais em depósitos de lixo".

Outro detalhe modificador da vegetação foi, segundo ainda o mesmo documento, "o café implantado predatoriamente. E quando a terra cansou passaram a plantar capim-gordura, vindo da África (século XIX). E, agora, até mesmo o capim-gordura tem baixíssima produtividade devido à capina excessiva". Mas os grandes prejuízos aconteceram mesmo na região onde existia a floresta do

Tabuleiro (Jacaraípe, Aracruz, Nova Almeida e Manguinhos) onde, segundo o estudo, existe um "cenário desolador, pois ao lado dos eucaliptos surgiu uma vegetação característica dos cerrados do Nordeste, com a existência de muito "sapê" que não serve nem para gado".

Essa tendência à savanização nos tabuleiros da Serra — alguns em completa devastação pela ação do fogo, segundo ainda o mesmo trabalho — está aliada a um outro problema: a erosão que está destruindo as encostas em toda a região de Vitória e, principalmente, no município da Serra. O fogo, por seu lado, destruiu parte da camada fértil orgânica e provocou a lixiviação dos nutrientes. Assim, durante o mapeamento vegetal e do solo foram constatados terrenos abandonados que não mais voltarão ao estado primitivo, enquanto a devastação no planalto de Carapina está provocando a formação de laterita, ou canga (sedimentação química do óxido de ferro devido ao rebaixamento do lençol freático), que pode ser encontrada até nas praias.

Ao final a "Análise Ambiental da Região de Vitória" afirma que dentro de poucas décadas a qualidade da vida urbana e rural deverá estar comprometida, fazendo um alerta sobre os problemas atuais para que sejam evitados ou reparados. E propondo medidas que possam sanar os danos da ação humana mal orientada, lembrando que junto a isso tudo está acontecendo também uma deterioração da água e do ar, junto com o solo, à medida que mais se aproxima da região urbana. Restando lembrar que exatamente nos municípios acrescentados à região de Vitória — para se acompanhar o mapa da Região 207 do IBGE, especialmente Santa Leopoldina — estão localizados os principais centros produtores e de abastecimento de alimentos de toda a Grande Vitória. A parte referente às "propostas" foi apenas mencionada no estudo do IJSN, pois o trabalho foi paralisado logo no início. Só existem as capas, que deveriam guardar as propostas visando a evitar a devastação total da região.